

II — o candidato que tiver obtido maior nota global nas provas orais;

III — o candidato que ocupar o cargo de assistente jurídico do Estado da Guanabara.

§ 2.º Persistindo o empate, aplicar-se-ão os critérios previstos no artigo 55 do Decreto-lei n.º 100, de 8-8-1969.

Art. 27 — Apurada a classificação dos candidatos, publicar-se-á a lista no Diário Oficial.

§ 1.º Dentro das 48 (quarenta e oito) horas subseqüentes à publicação, poderão os candidatos recorrer para a Comissão Examinadora, exclusivamente para demonstrar erro de cálculo.

§ 2.º A Comissão decidirá irrecorivelmente e no caso de provimento de qualquer recurso, fará republicar a lista de classificação.

DA HOMOLOGAÇÃO E DA NOMEAÇÃO

Art. 28 — O Procurador-Geral do Estado, após homologar o resultado do concurso, remeterá ao Governador, para provimento dos cargos vagos, tantos nomes quantos necessários, de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados, obedecido o disposto no art. 3.º do Decreto-lei n.º 192, de 17-10-1969.

Art. 29 — O concurso será válido pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da homologação, prorrogável o prazo mediante proposta do Procurador-Geral do Estado.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 — Os programas para as provas acompanham as presentes instruções.

Art. 31 — Os membros da Comissão Examinadora serão designados pelo Governador, por indicação do Procurador-Geral do Estado.

Art. 32 — A Comissão Examinadora, além do seu Presidente, que será o Procurador-Geral do Estado, terá mais 15 (quinze) membros, distribuídos em 5 (cinco) Bancas, correspondentes a cada uma das matérias enumeradas no art. 5.º, I. Cada Banca será constituída de 3 (três) membros, um dos quais a presidirá.

Parágrafo único. A Comissão Examinadora terá como Secretário um de seus membros, designado pelo Presidente.

Art. 33 — Não poderá fazer parte das Bancas quem tiver, entre os candidatos, cônjuge, parente ou afim, até o terceiro grau civil, inclusive.

Art. 34 — Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, importando a ausência do candidato à chamada na renúncia ao concurso.

Art. 35 — A inscrição implicará no conhecimento pelo candidato, das presentes instruções e no seu compromisso de respeitá-las.

Art. 36 — Será excluído do concurso, por ato do Presidente da Comissão Examinadora, o candidato que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, bem como aquele que, durante a realização de qualquer prova, fôr surpreendido em flagrante de comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, ou utilizando-se de livros, notas ou impressos, salvo os expressamente permitidos (art. 11).

Art. 37 — Terminado o concurso, poderão ser devolvidos aos candidatos os papéis e documentos que hajam instruído os respectivos pedidos de inscrição, ficando traslado daqueles julgados necessários.

Art. 38 — A solução dos casos omissos nestas instruções e a interpretação de seus dispositivos caberão:

I — à Comissão designada pela Portaria n.º PG-14, de 23-4-1969 quanto ao julgamento das inscrições;

II — à Comissão Examinadora, nos demais casos.

LINO NEIVA DE SÁ PEREIRA, Procurador-Geral do Estado.

3. Programas

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Ato administrativo. Noções gerais. Espécies. Elementos. Validade. Revogação e anulação. Contrôlo jurisdicional.

2. Contrato administrativo. Noções gerais. Elementos, Espécies. Requisitos de validade. Concorrência pública, tomada de preços, convite. Nulidade. Rescisão. Reajustamento. Caderno de Obrigações. Termos em livros do Estado.

3. Serviço público. Noções gerais. Formas de execução. Concessão, permissão, autorização. Tarifas. Concessões e permissões no Estado da Guanabara. Reversibilidade dos bens da concessão.

4. Organização administrativa: noções gerais. Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Organização administrativa do Estado da Guanabara. Procuradoria Geral do Estado. Autarquias, fundações e sociedades de economia mista do Estado da Guanabara.

5. Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Patrimônio imobiliário do Estado da Guanabara. Bens enfitêuticos e alodiais. Terrenos de marinha. Cemitérios.

6. Regime dos bens públicos estaduais, móveis e imóveis. Gestão patrimonial. Venda, permuta, doação, aforamento, locação, cessão e permissão de uso, incorporação ao capital de sociedade, dação em pagamento. Usucapião. Investidura.

7. Poder de polícia. Noção, formas e limites. Polícia florestal, sanitária, funerária, de costumes e diversões públicas, de trânsito, de pesos e medidas. Polícia da indústria e do comércio. Feriados.

8. Polícia de construções. Código de Obras do Estado da Guanabara e legislação posterior. Lei de Desenvolvimento Urbano e seus regulamentos.

9. Direito de construir e seu exercício; licença para construção. Legalização de obras e mais-valia. Vistoria, embargo, demolição administrativa.

10. Projetos de urbanização. Alinhamento. Recuo. Desmembramento e remembramento. Loteamento: legislação federal e estadual. Zoneamento.

11. Regime jurídico das águas e das minas. Pedreiras. Extração de areia.

12. Limitações administrativas ao direito de propriedade. Direitos de vizinhança. Servidões administrativas. Proteção ao patrimônio histórico, artístico e paisagístico.

13. Desapropriação. Noções gerais. Fundamentos. Objeto. Beneficiários. Desapropriação indireta, parcial, por zona. Direito de extensão. Procedimento administrativo. Efeitos. Indenização e seu pagamento. Retrocessão.

14. Gestão financeira. Orçamento. Receita e despesa. Execução orçamentária.

15. Fiscalização financeira e orçamentária. Tribunal de Contas.

16. Processos administrativos. Representação das partes. Regime jurídico dos despachantes estaduais. Certidões. Requisição de processos.

17. Responsabilidade civil do Estado. Noções gerais. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Atos do Poder Legislativo e do Judiciário.

18. Servidor Público. Funcionário. Cargos públicos e funções gratificadas. Regime estatutário.

19. Provimento. Concurso. Nomeação. Posse. Fiança. Estágio probatório. Exercício.

20. Remoção. Substituição. Progressão horizontal. Promoção. Acesso. Transferência. Readmissão. Reintegração. Aproveitamento. Reversão. Reclassificação. Enquadramento. Readaptação.

21. Vacância. Exoneração, demissão, aposentadoria, jubilação.

22. Direitos e vantagens do servidor público. Tempo de serviço. Efetividade e estabilidade. Disponibilidade. Férias, Licenças, Concessões. Sindicalização. Greve.

23. Estipêndio. Vencimento e remuneração. Vantagens acessórias.

24. Deveres, proibições e responsabilidade do servidor público. Acumulação de cargos. Enriquecimento ilícito. Penalidades disciplinares.

25. Processo administrativo disciplinar. Instância disciplinar e instância penal. Revisão. Direito de petição. Conselho de Recursos Administrativos dos servidores do Estado.

26. Regime jurídico do pessoal transferido da União ao Estado da Guanabara. Polícia Militar. Corpo de Bombeiros. Força Policial.

27. Pessoal regido pela legislação trabalhista. Normas de tutela do trabalho.

28. Contrato de trabalho. Sindicalização. Greve. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

29. Previdência social. Noções gerais. Beneficiários, prestações, serviços, custeio, Instituto de Previdência do Estado da Guanabara. Instituto de Assistência ao Servidor do Estado da Guanabara.

30. Acidentes do trabalho. Noções gerais. Prestações, serviços, custeio.

DIREITO PROCESSUAL

1. Direito Processual: conceito, objeto, divisões, posição no quadro das ciências jurídicas, relações com os outros ramos do Direito. O Direito Processual Civil em particular. A norma processual civil no tempo e no espaço.

2. Função jurisdicional: caracterização. Distinção entre ela e as outras funções do Estado. A "jurisdição voluntária". Órgãos da função jurisdicional. Organização judiciária federal e estadual. Órgãos auxiliares da Justiça. Ministério Público.

3. Ação: conceito, principais doutrinas. Condições do seu exercício. Carência de ação. Classificações e individualização das ações. Concurso e acumulação de ações. Conexão.

4. Processo: noções gerais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Princípios fundamentais do processo e do procedimento no direito brasileiro. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.

5. Natureza jurídica do processo. A "relação jurídica processual": caracteres, requisitos (pressupostos processuais), conteúdo, Podêres, direitos, faculdades, deveres e ônus processuais. Instância: conceito; comêço e fim. Suspensão, cessação e absolvição da instância.

6. Sujeitos do processo: o juiz. Regime jurídico da magistratura. Competência: conceito, classificações, critérios de determinação. Prorrogação e prevenção. Incidentes sobre competência. Conflitos de jurisdição.

7. Sujeitos do processo: as partes. Capacidade e legitimação. Representação, assistência, autorização. Substituição processual. Pluralidade de partes: litisconsórcio.

8. Intervenção de terceiros. Intervenção litisconsorcial, assistência, oposição, chamamento e nomeação à autoria, intervenção *inssu iudicis*.

9. Fatos e atos processuais: classificações; forma, lugar e tempo. Vícios e seus efeitos. Inexistência, invalidade e ineficácia. Sanação.

10. Impulso processual. Prazos, preclusão. Inércia processual; contumácia e revelia.

11. Processo de conhecimento. Ajuizamento da causa. Demanda, pedido, petição inicial. Valor da causa. Distribuição.

12. Citação, notificação, intimação. Modalidade e efeitos da citação. Precatória e rogatória.

13. Defesa do réu. Exceções, contestação.

14. Reconvenção: conceito, requisitos de admissibilidade, efeitos, procedimento.
15. Saneamento do processo. Despacho saneador: natureza, objeto, efeitos. Encerramento do processo por ocasião do saneamento.
16. Prova: conceito, objeto, meios. Ônus da prova. Procedimento probatório. Valoração da prova. As provas em espécie.
17. Audiência de instrução e julgamento. Sentença: conceito, classificações, estrutura, efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença.
18. Vícios da sentença: efeitos e meios de impugnação. Recursos e ações autônomas. Noções gerais sobre recursos: classificações, requisitos de admissibilidade, efeitos, desistência.
19. Os recursos em espécie. Apelação, agravos, embargos, revista, recurso extraordinário, recurso ordinário constitucional. Reclamação (correção parcial).
20. Coisa julgada: conceito, principais doutrinas. Espécies. Momento de formação. Efeitos. Limites objetivos e subjetivos.
21. Processo de execução. Relações com a cognição. Natureza jurídica. Pressupostos. Título. Ação executiva e ação executória. Executivo fiscal.
22. Execução de sentença. Noções gerais. Sujeitos e objeto do processo executório. Espécies de execução. Liquidação da sentença.
23. Execução por quantia certa. Instauração. Penhora, avaliação, arrematação, adjudicação, remição.
24. Execução por coisa certa ou em espécie. Execução das condenações a fazer, a não fazer, a emitir declaração de vontade.
25. Execução contra a Fazenda Pública e autarquias. Embargos à execução.
26. Mandado de segurança. Contrôlo jurisdicional da constitucionalidade das leis e atos do Poder Público: formas. Arguição de inconstitucionalidade na segunda instância. Ação direta de declaração de inconstitucionalidade (representação).
27. Ação popular. Ação de desapropriação. Ação rescisória.
28. Ação cominatória. Ações possessórias.
29. Inventário e partilha. Arrolamento. Arrecadação. O Fisco no processo falimentar.
30. Ação de acidente do trabalho. Processo trabalhista.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. História do constitucionalismo brasileiro. As Constituições republicanas. Atos institucionais.
2. Conceito de Constituição. Tipos de Constituição. Poder constituinte: federal e estadual.
3. Taxinomia das regras jurídicas estatais. Interpretação de texto constitucional. Atos exclusivamente políticos.

4. O princípio da supremacia da Constituição. Contrôlo da constitucionalidade das leis. Emenda constitucional e seus limites (União e Estado).
5. Regime representativo. República. Parlamentarismo e presidencialismo. Sistemas eleitorais. Partidos políticos.
6. Organização federal. Distribuição de competências no sistema federal. Podêres do Estado. Do Município.
7. Intervenção federal. Os princípios constitucionais da União. Ação direta (representação) e efeitos.
8. Competência tributária da União, Estados e Municípios. Imunidade tributária recíproca da União, Estados e Municípios. Empréstimos externos contraídos por Estado ou Município.
9. Bens da União e dos Estados. Rios e lagos. Terras devolutas. Terrenos de marinha. Proteção do patrimônio histórico e artístico, na Constituição Federal e na Estadual.
10. Separação de Podêres. Delegação. Invasão de competências.
11. Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Comissões parlamentares de inquérito, federais e estaduais.
12. Lei. Elaboração e seu contrôlo judiciário. Iniciativa. Emendas. Veto e seus efeitos. Competência privativa do Congresso e da Assembléia Legislativa (União e Estado).
13. Orçamento: princípios constitucionais federais e estaduais. Da fiscalização da execução orçamentária no Estado. Competência do Tribunal de Contas do Estado.
14. Do Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade presidencial.
15. Do Governador do Estado. Condições de elegibilidade. Impedimentos e vaga. Substituição e sucessão. Mandato.
16. Das atribuições do Governador do Estado. Da responsabilidade do Governador. Imunidades e fóro especial.
17. Dos Secretários de Estado. Requisitos para exercer o cargo. Competência. Responsabilidade. Delegação de competência.
18. Órgãos do Poder Judiciário. Garantias dos Juizes. Incompatibilidades. Competência privativa dos tribunais.
19. Supremo Tribunal Federal. Posição no sistema constitucional. Jurisdição. Composição. Requisitos e nomeação. Crimes de responsabilidade e comuns.
20. Competência originária do Supremo Tribunal Federal. Litígios entre os Estados estrangeiros e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; causas e conflitos entre a União e os Estados ou entre estes; conflitos de jurisdição e de atribuições; *Habeas corpus*; mandado de segurança; representação do Procurador-Geral da República. O Recurso Extraordinário.
21. Dos órgãos do Poder Judiciário do Estado. Competência do Tribunal de Justiça; Tribunal de Alçada; Conselho da Magistratura. Varas da Fazenda Pública. Da carreira de magistrado.

22. O antigo Distrito Federal e o Estado da Guanabara. Transformação e transferência dos serviços federais. A antiga Lei Orgânica (Lei Federal n.º 217-1948), a lei federal número 3.752, de 14 de abril de 1960, a Constituição de 27 de março de 1961 e a Constituição vigente.

23. Organização financeira e patrimônio do Estado.

24. Organização administrativa do Estado: serviços públicos. Concessões de serviços públicos federais, estaduais e municipais. Fiscalização dos serviços concedidos pelas comissões estaduais.

25. A Declaração de Direitos e suas garantias constitucionais. Censura. Direito de reunião. Liberdade de profissão. Certidão. Extensão da competência estadual de legislar. Poder de polícia.

26. Direito de propriedade. Limitações e condições. Desapropriação. Intervenção no domínio econômico. Os recursos minerais e de energia hidráulica e os Estados.

27. Da educação e da cultura, na Constituição federal e estadual. Sistema federal e estadual de ensino. Universidade do Estado da Guanabara.

28. Dos funcionários públicos (União e Estados). Concurso. Garantias. Operários dos serviços industriais. Aposentadoria. Declaração de bens.

29. Estado de sítio. Casos em que será decretado. Contrôles jurisdicionais. Prazo. Medidas que, na sua vigência, podem ser tomadas contra as pessoas.

30. Do Ministério Público da União e do Estado. Organização e competência. Conselho do Ministério Público do Estado da Guanabara.

DIREITO PRIVADO

1. Do direito objetivo. Das normas jurídicas. Das fontes de direito. Da vigência, hierarquia, revogação e interpretação das leis. Do conflito intertemporal e interespacial de leis.

2. Das pessoas. Da pessoa física: começo, fim, capacidade, emancipação, registro civil e nome. Das pessoas jurídicas: conceito e classificação. Do domicílio. Da ausência. Da representação em geral. Do comerciante. Do Registro do Comércio.

3. Dos bens. Classificações. Dos bens públicos e particulares: regime jurídico. Do fundo de comércio.

4. Dos fatos e atos jurídicos: conceito, classificações, defeitos, modalidades, forma e prova. Teoria geral das nulidades dos atos jurídicos.

5. Dos direitos subjetivos: conceito, classificações. Dos direitos reais e pessoais. Da prescrição e da decadência.

6. Das obrigações: conceito e elementos essenciais. Classificações quanto ao objeto, ao sujeito e a outros fatos. Dos juros.

7. Das fontes e efeitos das obrigações. Da transmissão das obrigações. Da cessão de direitos. Do pagamento. Do pagamento indevido. Da mora. Da extinção e da inexecução das obrigações.

8. Teoria da imprevisão. Das dívidas de valor. Da correção monetária. Do caso fortuito e da força maior. Do dano.

9. Do concurso de credores. Da falência e da concordata.

10. Dos contratos: conceito, formação do vínculo e classificações. Da conexão de contratos.

11. Da evicção. Dos vícios redibitórios. Da estipulação em favor de terceiros. Da resolução, do distrato, do arrependimento e das arras. Do contrato preliminar.

12. Dos contratos típicos. Da compra-e-venda civil e comercial. Da promessa de compra-e-venda de imóvel. Da permuta e da doação.

13. Da empreitada, do mandato, da comissão mercantil, do depósito, do mútuo, da fiança.

14. Das sociedades civis e comerciais. Das sociedades por ações. Das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

15. Do mercado de capitais: Bancos, comerciais e de investimento. Sociedades de crédito e financiamento. Fundos. Ações e obrigações.

16. Das obrigações por declaração unilateral de vontade. Dos títulos de crédito: cheque, letra de câmbio, nota promissória e duplicata.

17. Do ato ilícito. Do abuso de direito. Da responsabilidade civil e sua liquidação.

18. Da posse: conceito, evolução, classificações, aquisição e perda. Efeitos e defesa da posse. Composses.

19. Da propriedade. Conceito. Das limitações impostas à propriedade. Da aquisição e da perda da propriedade móvel e imóvel. Do Registro de Imóveis. Da transcrição.

20. Da desapropriação. Dos direitos de vizinhança. Do direito de construir e das restrições edilícias e sua posição jurídica.

21. Do condomínio. Da propriedade em planos horizontais. Da incorporação. Do loteamento. Do Plano Nacional de Habitação.

22. Dos direitos reais limitados em geral. Da enfiteuse. Do aforamento de terras públicas, terrenos de marinha e especialmente dos imóveis foreiros ao Estado da Guanabara.

23. Das servidões. Dos direitos de superfície, usufruto, uso e habitação. Da promessa de compra-e-venda de imóvel. Dos direitos reais de garantia. Cédula hipotecária e industrial. Da alienação fiduciária.

24. Do direito de família. Natureza, objeto e classificação da matéria. Do casamento: conceito, natureza jurídica, impedimentos, celebração, prova, efeitos. Dos direitos e deveres conjugais.

25. Do regime de bens e da dissolução da sociedade conjugal. Da nulidade e anulação do casamento.

26. Do parentesco. Da filiação. Do pátrio poder, da tutela e da curatela.

27. Das sucessões. Da abertura da sucessão. Da transmissão, aceitação e renúncia da herança. Da herança jacente e vacante. Da indignidade.

28. Da sucessão legítima. Da ordem de vocação hereditária. Da representação. Dos herdeiros necessários. Da redução das disposições testamentárias. Da deserdação.

29. Da sucessão testamentária. Do testamento e do codicilo. Das disposições testamentárias. Do direito de acrescer. Da revogação, da caducidade e do rompimento e da anulação do testamento. Do testamenteiro.

30. Dos legados. Das substituições. Do fideicomisso. Do inventário e da partilha. Dos sonegados. Da colação. Do pagamento das dívidas. Da nulidade, anulação e rescisória de partilha.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito Tributário. Caracterização. Sua posição no quadro do Direito. Autonomia e Particularismo.

2. e 3. Relações jurídicas objeto do Direito Tributário: Impostos, Taxas e Contribuições.

4. e 5. Relação jurídico-fiscal; Crédito Fiscal. Nascimento. Valor do lançamento. Fato gerador. Base do cálculo.

6. e 7. Sujeito ativo e sujeito passivo do crédito fiscal: Responsável. Substituto. Solidariedade.

8. Isenção e Imunidade.

9. e 10. Pagamento. Compensação. Subrogação. Imputação. Dação em pagamento.

11. Pagamento indevido. Restituição.

12. Prescrição. Decadência.

13. e 14. Evasão. Sonegação. Fraude.

15. Privilégios fiscais.

16. Interpretação da lei fiscal.

17. Penalidades fiscais. Natureza.

18. e 19. Sistema tributário brasileiro. Discriminação de rendas.

20. Lei fiscal. Lei Orçamentária. Validade e eficácia.

21. Processo fiscal judicial. Executivo fiscal. O Fisco em juízo. Privilégios.

22. Processo fiscal administrativo. Natureza. Segunda instância fiscal. Conselho de Contribuintes.

Tributos locais

23. e 24. Imposto sobre circulação de mercadorias. Taxa de exportação.

25. Imposto de transmissão.

26. Impostos predial e territorial. Taxa de Serviços Diversos.

27. Imposto sobre serviços.

28. Taxa de uso de logradouro. Taxa de veículos. Taxa de conservação e pavimentação. Taxa de obras.

29. Taxa de expediente. Taxa judiciária. Contribuição de melhoria.

30. Tarifa de águas. Tarifa de esgotos.

4. Designação da Comissão Examinadora e do respectivo Secretário

Decreto "P" de 15 de maio de 1970

O Governador do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante do Processo n.º 14-000-644/1968, resolve designar a seguinte Comissão Examinadora para o III Concurso de Procurador do Estado:

Presidente: Lino Neiva de Sá Pereira

Banca de Direito Administrativo:

Caio Tácito Sá Vianna Pereira de Vasconcelos (Presidente),

Petrônio de Castro e Souza e

Roberto Paraiso Rocha

Banca de Direito Processual:

Luiz de Macedo Soares Machado Guimarães (Presidente),

José Carlos Barbosa Moreira e

Antônio Carlos Cavalcanti Maia

Banca de Direito Constitucional:

Afonso Arinos de Mello Franco (Presidente),

Sérgio Ferraz e

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

Banca de Direito Privado:

Arnoldo Wald (Presidente),

Manoel Niederauer Cavalcanti e

Nelson Nascimento Diz

Banca de Direito Tributário:

Flávio Bauer Novelli (Presidente);

Roberto Grandmasson Salgado e

Hugo Maurício Sigelmann.

(Publicado no *Diário Oficial*, Parte I, de 18-5-1970).

Portaria "P" n.º 19/PG, de 13 de maio de 1970:

O Procurador-Geral do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o parágrafo único do art. 32.